O USO DE VOCABULÁRIOS CONTROLADOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ.

Vanessa Siena Pedroso *
Brígida Maria Nogueira Cervantes **

RESUMO

Esta pesquisa verificou o uso do vocabulário controlado nos sistemas de bibliotecas das universidades públicas do Paraná, como também conhecer os sistema de bibliotecas e quais os vocabulários controlados que são utilizados nos catálogos do sistema dessas bibliotecas e verificar em que meio/suporte físico em que os vocabulários controlados se encontram e levantou quais as vantagens e desvantagens desses vocabulários controlados para a organização do conhecimento, segundo estas instituições. A pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e os dados foram coletados por meio de um formulário enviado aos responsáveis pelos sistemas de bibliotecas das universidades públicas do Paraná. Os dados obtidos foram representados por meio de um quadro demonstrativo como também de forma descritiva. Os resultados dessa pesquisa indicam que nas universidades públicas do Paraná, que ainda há instituições de ensino superior que não fazem o uso adequado das ferramentas disponíveis para a organização do conhecimento. Recomenda-se que este estudo possa fornecer subsídios para posteriores ações no que se referem ao uso do vocabulário controlado.

PALAVRAS-CHAVE: Vocabulário Controlado; Organização do Conhecimento; Sistemas de Bibliotecas; Universidades Públicas do Paraná.

ABSTRACT

This research found the use of controlled vocabulary in the library systems of the public universities in Paraná, also known as the library systems and controlled vocabularies which that are used in the system catalogs of these libraries and checkin any medium/ media which they are raised and what are the advantages and disadvantages of these controlled vocabularies for the organization of knowledge, according to these institutions. The research was characterizes as a literature search and data were collected through a forn sent to those responsible for library systems of the public universities in Paraná. The data were represented by means of a demonstrative chart as well as descriptively. The results indicate that the public universities of Paraná the study found that there's higher education institutions that do not make proper use of tools available to the organization of knowledge. It is

* Bacharel em biblioteconomia pela UEL, bibliotecária da Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO.
** Doutora em Ciência da Informação pela UNESP – Marília, SP. Professora da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

recommended that this study may provide a basis for further actions as reporting the use of controlled vocabulary.

KEYWORDS: Controlled vocabulary; Organization of knowledge; Library sistems; Public universities in the Paraná.

INTRODUÇÃO

Desde o mais remoto tempo, o homem produz informação para que essa informação possa ser organizada e recuperada, muitos instrumentos são utilizados, desse modo, surgiu à necessidade de sistematizar e organizar a informação registrada.

Com a finalidade de que a informação seja disseminada e recuperada, a organização do conhecimento precisa utilizar-se de instrumentos documentários que permitam a sistematização, para tornar possível a padronização da linguagem documentária utilizada pelas unidades de informação. Neste processo fica claro que é necessária a terminologia controlada, definida por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 378) como “conjunto de termos que, no sistema de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como no da recuperação. A finalidade principal deste controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador”.

Este artigo teve por objetivo a analise do uso do vocabulário controlado para a organização do conhecimento em sistemas de bibliotecas de universidades públicas do Paraná, quanto à tipologia e o suporte de disponibilização. Em primeiro momento buscou-se identificar os vocabulários controlados usados para a organização do conhecimento nos sistemas de bibliotecas das universidades públicas Estaduais e Federais do Paraná, após verificou-se os tipos de vocabulários controlados e os suportes em que estão disponibilizados, posteriormente levantou-se as vantagens e desvantagens da utilização de vocabulários controlados para a organização do conhecimento nos sistemas de bibliotecas dessas universidades.

SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

As Universidades são instituições de ensino superior que têm como objetivo ensinar, produzir e disseminar conhecimentos, visando ao bem-estar da sociedade em geral, é o “órgão máximo do sistema educacional regular de um país, a universidade tem a dupla função de preservar e renovar a cultura nacional e universal.” (BARSA, 2005, p. 249). Portanto, é o ponto máximo com relação a estudos. A Universidade pode ser definida como: “[...] instituição de ensino superior que compreende um conjunto de faculdades ou escolas para a especialização profissional e científica” (FERREIRA, 2009, p. 2021).

Em um breve histórico das universidades, constatou-se que os primeiros indícios da criação de universidades surgiram nas escolas medievais, que eram meios de ensino e cobriam a ordem da época das escolas catedrais e monásticas, as quais só preparavam os indivíduos para a carreira religiosa. Estas universidades tinham liberdade desde que não pregassem heresias e ateísmo; o ensino era custeado pelos próprios alunos.

Do século XIII em diante, surgiram universidades nas principais e maiores cidades européias. No fim do século XVIII, essas universidades tinham uma base curricular formada pelas sete artes liberais: gramática, lógica, retórica, geometria, aritmética, astronomia e música, e somente depois dessas matérias os alunos passavam para as faculdades profissionais de medicina, direito e teologia; os testes eram muito rigorosos e por isso diversos alunos não concluíam a última etapa (BARSA, 2005).

O primeiro modelo de universidade moderna surgiu no final do feudalismo e início dos estados nacionais. Para Charle e Verger (1996, p. 13), “as primeiras universidades [...] surgiram na Europa ocidental no início do século XIII” e as universidades consideradas como contemporâneas evoluíram com o tempo. De acordo com os autores as primeiras universidades aconteceram em Bolonha, Paris e Oxford.

No século XVI, aconteceu a Reforma e Contra reforma religiosa, que afetou as universidades europeias de diferentes formas. No século XVII, ambas as

universidades (católicas e protestantes) tornaram-se centradas e devotas cada uma à sua doutrina e, por consequência, resistentes ao interesse pela ciência que dominava a Europa. Este novo ensino foi desencorajado e devido a isso muitas dessas universidades passaram por um período de declínio, mesmo assim surgiram novas universidades (BARSA, 2005).

Após o século XIX, nas universidades contemporâneas, adotou-se na maioria das universidades o sistema cátedra, que nada mais é que a busca pela verdade sem restrições ideológicas, políticas ou religiosa (BARSA, 2005).

No Brasil, “ao contrário dos países de colonização espanhola, [...] não teve universidades enquanto foi colônia de Portugal.” (BARSA, 2005, p. 251). Apenas no século XIX é que surgiram as primeiras escolas de nível superior. Quando foi proclamada a república, só havia cinco faculdades no país. Foi em 1920 que se criou a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, que nasceu da junção de três faculdades. Atualmente, o Brasil possui pelo menos uma universidade por estado.

No Paraná contemplamos a primeira Universidade do Brasil, a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sua história inicia em 1892, quando o político Rocha Pombo lançou na Praça Ouvidor Pardinho a pedra fundamental da Universidade do Paraná. Mas, devido ao Movimento Federalista, o projeto não foi adiante. Porém, em 1912, o estado paranaense necessitou de uma massa crítica para defendê-lo, devido a seu grupo intelectual estar reduzido, iniciou-se um novo movimento em favor da Universidade do Paraná. As lideranças políticas da época se mobilizaram em prol da criação da Universidade, pois o Paraná havia perdido a Região do Contestado para Santa Catarina.

Na década seguinte, aconteceu a Primeira Guerra Mundial e com ela a recessão econômica. Entre tantas dificuldades, surgiu a lei que determinava o fechamento das universidades, pois o Governo Federal não recebia bem as iniciativas surgidas de forma independente nos estados. Foi imprescindível a criação de alternativas para evitar o fechamento da Universidade do Paraná. A forma encontrada na época para driblar a lei e continuar funcionando foi desmembrar a

Instituição em faculdades. Durante mais de trinta anos buscou-se a restauração da Universidade, acontecida no início da década de 50, quando as faculdades foram reunidas e novamente foi formada a Universidade do Paraná. Para essa unificação foi fundamental o apoio da imprensa e da comunidade.

Após ser restaurada a Universidade, sua próxima luta visou a sua federalização. O então reitor dessa época, Flávio Suplicy de Lacerda, mobilizou as lideranças do Estado e em 1950 a Universidade do Paraná torna-se uma instituição pública e gratuita.

Depois de sua federalização, começou a expansão da Universidade. Em 1953 a construção do Hospital de Clínicas; no ano de 1958 o Complexo da Reitoria; e em 1961 o Centro Politécnico, que comprovaram a consolidação da instituição. Os seus 95 anos de história foram marcados por perseverança e resistência, além de ser a primeira universidade do Brasil e símbolo cultural para Curitiba e ao mesmo tempo motivo de orgulho para o povo paranaense.

Portanto, o ensino nas Universidades só será válido se o conhecimento produzido for socializado, pois, que sentido teria pesquisar, construir um novo conhecimento, se não houver o intuito de disseminá-lo.

A partir desse contexto de universidades relataremos agora as universidades públicas do Paraná. Após várias pesquisas na *Web*, identificaram-se nove universidades no Paraná, sendo essas, sete instituições estaduais e duas federais. Dentre as estaduais encontram-se a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Paraná (UEPR), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná UNICENTRO e Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE e nas instituições federais encontrou-se a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Essa breve descrição teve como elemento norteador a busca nos Portais das referidas Universidades, para tanto, fez-se necessário observar alguns requisitos utilizados para a realização de avaliações nesses ambientes informacionais. Desse

modo, baseou-se nos requisitos de Eckerson (1999), foram utilizados dois de seus quinze requisitos: fácil para usuários eventuais e classificação e pesquisa intuitiva.

Em relação ao requisito fácil para usuários eventuais, Eckerson (1999 *apud* LIMA FILHO 2011, p. 30) define que “Os usuários devem conseguir localizar e acessar facilmente a informação correta, com o mínimo de treinamento, não importando o local de armazenamento dessa informação”, o autor ressalta que as informações devem ser tão fáceis quanto usar um navegador na *Web.*

O outro requisito que se adequou nesta pesquisa foi a Classificação e pesquisa intuitiva, que Eckerson explica como a capacidade do portal de “[...] indexar e organizar as informações da empresa. Sua máquina de busca deve refinar e filtrar as informações, suportar palavras-chave e operadores booleanos, e apresentar o resultado da pesquisa em categorias de fácil compreensão” (ECKERSON apud LIMA FILHO, 2011, p. 30). Requisitos estes que serão expostos no procedimento metodológico.

Foram analisados os sistemas de bibliotecas das universidades demonstradas e, no tópico a seguir, são expostos os sistemas de bibliotecas das universidades públicas do Paraná.

SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

No que tange aos sistemas de bibliotecas, começamos definindo o que são Sistemas. De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p. 340), é o “[...] conjunto relacionado de unidades de suporte físico, de programas ou de ambas as coisas, inclusive os procedimentos manuais e a documentação.”

A biblioteca tem função primordial nas instituições de ensino superior, cada instituição tem seu sistema de bibliotecas, que para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 342) é o “[...] conjunto de bibliotecas, pertencentes ou não à mesma instituição e que estão interligadas por objetivo comum”.

García Martínez (2005, p. 80) conceitua sistema de bibliotecas:

> [1]Es um concepto genérico em el que se incluirían las organizaciones bibliotecárias cuya finalidad es el acesso a la informacíon, independentemente de la denominacíon de sistema o red bibliotecaria", e a autora define [...] [2]cualquier organización bibliotecaria definida por el tipo de relaciones que la conforman de manera que orientan el comportamiento del sistema hacia la consecución del objetivo (acesso a la información) de la forma más eficiente.

A principal função do sistema de biblioteca é atender às necessidades de informação de seus usuários, independente do tipo de biblioteca.

Serão expostos a seguir os sistemas de bibliotecas das universidades públicas do Paraná, que são constituídos pelos Sistemas de Bibliotecas da UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UFPR e UTFPR. A partir dos sistemas de bibliotecas, as universidades UENP e a UEPR não farão mais parte da pesquisa, pois tais universidades não possuem sistemas integrados de bibliotecas.

O Sistema de Bibliotecas da UEL (SB/UEL) é coordenado pela Biblioteca Central (BC), que é Órgão de Apoio da UEL, vinculado administrativamente à Reitoria, por delegação ao Vice-Reitor. É composto por cinco unidades: Biblioteca Central (BC); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (BS/CCS); Biblioteca Setorial da Clínica Odontológica Universitária (BS/COU); Biblioteca Setorial do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (BS/EAAJ); e Biblioteca Setorial de Ciências Humanas (BS/CH). No ano de 1972 houve a criação da Biblioteca Central sob a Resolução 123/72 e no ano de 1981 ocorreu uma nova estrutura organizacional, ocasião em que foram unificadas as bibliotecas setoriais localizadas no campus universitário (UEL, 2011).

No Sistema de Biblioteca da UEM, com a perspectiva da junção das bibliotecas setoriais existentes, foi contratada, em 1972, a primeira bibliotecária para coordenar e organizar essas bibliotecas que pertenciam às Faculdades Estaduais de Ciências Econômicas, de Direito, de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de

[1] "E um conceito genérico em que se incluem as organizações bibliotecárias, cuja finalidade é o acesso à informação, independente da sua denominação de sistema ou rede de biblioteca." **(tradução nossa)**
[2]"Qualquer organização de biblioteca definida pelo tipo de relações que compõem, assim, orientação que o comportamento do sistema em direção a objetivo (o acesso à informação) da maneira mais eficiente." **(tradução nossa)**

Ciências Exatas e Tecnologia de Maringá. A BCE (Biblioteca Central) propôs mudanças e alterações para agilizar e atualizar o sistema de empréstimo de materiais, de acordo com o sistema de Automação Virtual, o qual é utilizado no Sistema de bibliotecas da UEM: Biblioteca Central, Biblioteca Setorial do Hospital Universitário, Biblioteca Setorial Nupélia, Biblioteca de Extensão de Cianorte, Biblioteca de Extensão de Cidade Gaúcha, Biblioteca de Extensão de Diamante do Norte, Biblioteca de Extensão de Goierê e a Biblioteca de Extensão de Umuarama (UEM, 2011).

A Biblioteca Central da UEPG, criada através do Decreto nº. 18.111 de 20 de janeiro de 1970, originou-se da fusão das Faculdades de Odontologia, Bioquímica, Ciências e Letras, Direito e Ciências Econômicas e Administração. Tem por finalidade auxiliar a comunidade universitária nas funções de ministrar ensino e dar apoio aos programas de extensão e pesquisa. A Biblioteca Central é depositária de todo o material bibliográfico existente na UEPG, não importando a sua localização e forma de incorporação patrimonial. O acervo foi automatizado em 1989 e, no início do ano de 1997, passou a funcionar em rede local, mediante a utilização do *software Microisis*. O Sistema de bibliotecas da UEPG é contemplado com três *campi*: o Campus Central, Campus Uvarunas e Campus de Castro e uma unidade de 2º grau; Colégio Agrícola de Augusto Ribas – localizado no Campus de Uvarunas (UEPG, 2011).

As bibliotecas do Sistema de bibliotecas da UNICENTRO são distribuídas em Guarapuava, Irati, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul, Chopizinho e Pitanga. O sistema utiliza-se do aplicativo *Personal Home Library* (PHL) para a coleção e serviços da biblioteca (UNICENTRO, 2011).

Ao Sistema de bibliotecas da UNIOESTE, nomeado de Apolo sistema de bibliotecas da UNIOESTE, são integradas a Biblioteca do Campus de Cascavel, Biblioteca do Campus de Marechal Candido Rondon, Biblioteca do Campus de Francisco Beltrão, Biblioteca do Campus de Toledo, Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE, 2011).

O Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Paraná é constituído por uma sede administrativa, treze bibliotecas universitárias e uma

biblioteca de ensino médio. Das doze bibliotecas universitárias, nove estão localizadas nos *campi* de Curitiba e três em outros municípios do estado do Paraná sendo esses: Palotina, Paranaguá e Pontal do Paraná (UFPR, 2011).

O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é o órgão coordenador das atividades das Bibliotecas da UTFPR para seu funcionamento sistêmico. Tem por finalidade a integração da política educacional e administrativa da universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, por meio da disponibilização de produtos e serviços de informação, colaborando assim para a formação de cidadãos conscientes. O SIBI é composto por onze bibliotecas, sendo uma em cada campus da Universidade e duas no campus Curitiba: uma Biblioteca Central e uma biblioteca destinada ao atendimento de alunos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Utiliza o Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas - para o gerenciamento de serviços e de acervo, permitindo a recuperação de informações sobre qualquer item disponível em todas as bibliotecas da Universidade, além de outros serviços como: empréstimo, aviso de liberação de reservas, renovação pela Internet, envio de recibos, cadastramento de área de interesse, entre outros (UTFPR, 2011).

A demonstração dos sistemas de bibliotecas foi feito com a intenção de se chegar aos catálogos, que fazem parte desses sistemas de bibliotecas. Dentro desses catálogos encontram-se os vocabulários controlados, que é o foco desta pesquisa. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 71), catálogo e definido como uma "Lista minuciosa dos itens que compõem uma coleção elaborada de acordo com normas apropriadas e ordenadas de modo a facilitar a busca".

Nessa perspectiva, Mey e Silveira (2009, p. 11) acrescentam que o catálogo "é um dos instrumentos mais antigos das bibliotecas. Para as autoras (2009, p. 12), o "catálogo é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, [...] reunindo os registros do conhecimento por semelhança, para usuários desses acervos".

De acordo com as autoras supracitadas (2009, p. 13), pode-se dizer que os catálogos "veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos

usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seu usuário". Portanto, é através dos catálogos que os usuários encontram nas bibliotecas os seus documentos/informação, e são nesses catálogos que encontramos os vocabulários controlados, utilizados para a organização e representação do conhecimento em sistemas de bibliotecas.

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM SISTEMAS DE BIBLIOTECAS: Organização e Representação do Conhecimento

Para Galvão (2008, p. 203), nós organizamos vários tipos de informação no cotidiano, seja ele no ambiente doméstico, trabalho "[...] computador, telefone celular etc. Fazemos isto, em grande parte, porque informações não organizadas inviabilizam o desenvolvimento de nossas atividades, nos tomam tempo". Porém essa organização é particular de cada pessoa, a autora ressalta que "muitas vezes, apenas nós mesmos conseguimos, por exemplo, localizar aquela fotografia no nosso computador". Isso ocorre devido à particularidade de cada pessoa, pois, cada um organiza a informação de uma forma e nem pensamos que aquela forma deve ser perceptível a alguém.

Na perspectiva de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 270), organização é o "[...] modo pelo qual se organiza um sistema: a organização de um mecanismo".

A organização do conhecimento vem sendo realizada durante anos, pois mediante este saber registrado e disseminado se torna útil o saber produzido, tal organização é um desafio para os pesquisadores e tornou-se um dos objetivos de maior importância para sociedade. Durante muito tempo, a organização do conhecimento era considerada uma área exclusiva dos bibliotecários e filósofos.

Não há dúvida de que as informações necessitam ser propagadas com rapidez, sendo de suma importância que sua recuperação ocorra de maneira adequada e relevante, condizente com os que dela necessitam.

Os sistemas de organização do conhecimento, na concepção de Souza (2006), abrangem: Classificação, ontologia, tesauros, dicionários e vocabulários controlados, sendo esses específicos a cada área do conhecimento. Os sistemas de informação, na sua maioria, estão ligados a bibliotecas e outras organizações que gerenciam a informação, que se propõem a organizá-la, recuperá-la e disseminá-la.

Quadro 1 – Definição de Cunha e Cavalcanti (2008).

Classificação (p. 84)	"processo mental pelo qual as coisas são reunidas de acordo com suas semelhanças e separadas conforme suas diferenças".
Ontologia (p. 268)	"parte da metafísica que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais [...] Do grego *ontos* (ser, ente) e *logos* (saber, doutrina)".
Tesauros (p. 362)	"vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento".
Dicionários (p. 123)	"conjunto de vocábulos duma língua ou de termos próprios duma ciência ou arte, dispostos, em geral alfabeticamente, e com o respectivo significado, ou a sua versão em outra língua".
Vocabulário controlado (p. 378)	"conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como na recuperação. A finalidade principal desse controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador".

Fonte: Cunha e Cavalcanti (2008).

Para que as informações sejam organizadas, as mesmas necessitam ser representadas de maneira que possam ser recuperadas, portanto, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 322) definem a representação do conhecimento como um,

> [...] conjunto de processos de simbolização notacional ou conceitual do saber humano no âmbito de qualquer disciplina. [...] se incluem a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e linguísticos relacionados com a tradução simbólica do conhecimento.

A organização do conhecimento é um importante processo nas unidades de informação, nesse processo são usadas às linguagens documentárias, e para se

chegar a essa linguagem documentária utilizam-se, primeiro, as linguagens naturais. Ambas são expostas a seguir.

LINGUAGENS NATURAIS

Para conseguir organizar a informação nas diversas áreas do conhecimento é preciso realizar determinados procedimentos para que a linguagem natural torne-se uma linguagem que contribua na mediação entre o usuário e a informação registrada.

O conceito de Linguagem Natural é sinônimo de discurso comum, ou seja, a linguagem utilizada normalmente na fala e na escrita, segundo Dahlberg (1978, p. 101), “As linguagens utilizadas nas necessidades de vida diária denominam-se linguagens naturais”.

Para Cavalcanti (1978, p. 16), Linguagem Natural é: “Formada pela reunião de sinais utilizados e reconhecidos facilmente pelo homem. A fala, os olhares, a palavra escrita, por exemplo, são tipos de sinais empregados pelo homem para se comunicar com outro homem e para expressar suas ideias”.

Segundo Lopes (2002) e Cavalcanti (1978), a linguagem natural tem sua forma de comunicação, é oral ou escrita, com importantes referências ao espaço e ao tempo, associações de ideias, expressões de valor, emoções e crenças, etc.

De acordo com Lopes (2002, p. 48), a linguagem natural possui algumas vantagens e desvantagens, que se apresentam no quadro a seguir:

Quadro 2 - Vantagens e desvantagens da linguagem natural

VANTAGENS	DESVANTAGENS
1. Permite o imediato registro da informação em uma base de dados, sem necessidade de consulta a uma linguagem de controle.	Os usuários da informação, no processo de busca, precisam fazer um esforço intelectual maior para identificar os sinônimos, as grafias alternativas, os homônimos etc.
2. Processo de busca é facilitado com a ausência de treinamentos específicos no	Haverá alta incidência de respostas negativas ou de relações incorretas entre os termos usados na busca (por

uso de uma linguagem de controle.	ausência de Padronização).
3. Termos de entrada de dados são extraídos diretamente dos documentos que vão constituir a base de dados.	Custos de acesso tendem a aumentar com a entrada de termos de busca aleatórios.
4. Temas específicos citados nos documentospodem ser encontrados.	Uma estratégia de busca que arrole todos os principais conceitos e seus sinônimos deve ser elaborada para cada base de dados (ex: nomes comerciais de substâncias químicas não ocorrem no Chemical Abstracts).
5. Elimina os conflitos de comunicação entre os indexadores e os usuários, pois ambos terão acesso aos mesmos termos.	Perda de confiança do usuário em uma possível resposta negativa.

Fonte: Lopes, 2002, p. 47.

A linguagem natural tem como uma de suas vantagens a permissão do imediato registro da informação em uma base de dados, sem controle terminológico, porém, possui algumas desvantagens, pois com entradas aleatórias, o custo tende a aumentar, por exemplo.

LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

As linguagens documentárias são instrumentos que normalizam os sistemas de informação. Segundo Kobashi (1996, p. 13), a linguagem documentária é uma

> [...] linguagem de indexação, sistemas de classificação, linguagem de informação, listas de cabeçalhos de assuntos – normalmente composta por um conjunto limitado de termos, prescreve as formas de entrada e de busca a serem utilizadas pelo indexador ou pelo usuário.

A autora (1996, p. 13) complementa que “dada a sua função, as unidades constitutivas das linguagens documentárias são selecionadas de diversas fontes: Linguagem de especialidade, linguagem de uso corrente e terminologia da área”.

Nesta perspectiva, Cintra e colaboradoras (2002, p. 16) acrescentam que “a função da linguagem documentária é tratar o conhecimento dispondo-o como informação. Em outras palavras, compete às linguagens documentárias transformar

estoques de informação em informações adequadas aos diferentes segmentos sociais".

Como em todas as áreas, tudo tem sua vantagem e desvantagem, a seguir é apresentado um quadro com as vantagens e desvantagens das linguagens documentárias.

Quadro 3 - Vantagens e desvantagens da linguagem documentária

VANTAGENS	**DESVANTAGENS**
1. Controle total do vocabulário de indexação, minimizando os problemas de comunicação entre indexadores e usuários.	Custos: a produção e manutenção da base de dados terão despesas maiores com a equipe de indexadores. Será necessário ainda manter pessoal especializado na atualização do *thesaurus*.
2. Com o uso de um *thesaurus* e suas respectivas notas de escopo, os indexadores podem assinalar mais corretamente os conceitos dos documentos.	O vocabulário controlado poderá não refletir adequadamente os objetivos do produtor da base, caso esteja desatualizado.
3. Se bem constituído, o vocabulário controlado poderá oferecer alta recuperação e relevância e, também, ampliar a confiança do usuário diante de um possível resultado negativo.	Um vocabulário controlado poderá se distanciar dos conceitos adequados para a representação das necessidades de informação dos usuários.
4. As relações hierárquicas e as remissivas do vocabulário controlado auxiliam tanto o indexador, quanto o usuário na identificação de conceitos relacionados.	Necessidade de treinamento no uso dos vocabulários controlados tanto para os intermediários, quanto para os usuários finais.
5. Redução no tempo de consulta à base, pois a estratégia de busca será mais bem elaborada com o uso do *thesaurus.*	Desatualização do vocabulário controlado poderá conduzir a falsos resultados.

Fonte: Lopes, 2002, p. 47.

As linguagens documentárias, de acordo com Cintra e colaboradoras (2002, p. 33),

> são linguagens construídas para a recuperação da informação, são linguagens de indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a 'traduzir' os conteúdos dos documentos.

Destaca-se que a importância das linguagens documentárias na organização do conhecimento em sistemas de informação, considerando-se que elas auxiliam na mediação temática do documento. A linguagem documentária visa contribuir com os profissionais da informação na hora de indexar os documentos e também facilita no momento de encontrar as expressões adequadas para a busca do assunto desejado.

LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS SISTEMÁTICAS OU SIMBÓLICAS

As linguagens documentárias sistemáticas são organizadas através de símbolos numéricos e seus principais sistemas de classificações são: Sistemas de Classificação facetada, Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação de Cutter, Classificação da Biblioteca do Congresso, Classificação de Brow, Classificação de Bliss e Classificação de Ranganathan. Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 342), sistema de classificação são "esquemas específicos de classificação".

Nesta perspectiva, Carlan (2010, p. 57) complementa que esses sistemas foram desenvolvidos com o intuito de "[...] organizar os acervos de bibliotecas facilitando o acesso às informações pelo usuário". Pode-se dizer que classificar é o ato de juntar ou separar os objetos, as coisas, pessoas, seguindo critérios estabelecidos anteriormente.

Para Dias e Naves (2007, p. 23), "as linguagens simbólicas, estas se limitam praticamente aos sistemas de classificação bibliográfica, que utilizam símbolos como letras e números para representar os assuntos dos documentos".

Lancaster (2004) ainda explica que o processo de busca da informação poderá implicar a decisão de quais classes se podem consultar em um índice impresso, catálogos em fichas ou base de dados eletrônicos.

Piedade (1983, p. 78) relata que dentre os sistemas de classificação bibliográfica, os mais conhecidos são a CDD e a CDU.

A CDD foi elaborada por Mevil Dewey, bibliotecário norte-americano que em 1876 criou este sistema de classificação, “Dewey não foi o primeiro a dividir os livros de uma biblioteca por assunto, mas foi o primeiro a atribuir símbolos de classificação aos próprios livros.” Em sua estrutura e notação da CDD ele “admitiu que o conhecimento humano fosse representado pela unidade e o dividiu em 9 classes”, como se fossem 9 bibliotecas especializadas. A grande base do sistema de Dewey era o universo, e dividiu o campo do conhecimento em classes (PIEDADE, 1983, p. 87).

O idealizador da Classificação de Dois Pontos ou Classificação Facetada foi o matemático e bibliotecário Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), depois de constatar que a CDD era muito utilizada, embora tenha sido, por diversas vezes, adaptada. Ele idealizou um novo sistema de classificação, no qual modificou os princípios básicos de classificação bibliográfica, surgindo, a partir daí, a ideia de uma classificação analítica – sintética. Nasce assim a Classificação de Dois Pontos.

A Classificação de Cutter foi elaborada pelo bibliotecário norte-americano Charles Ammi Cutter, que teve publicações importantes nas áreas de catalogação e classificação. Autor de diversos livros, como O segundo código de catalogação norte-americano, o *Rules for Dictionary Catalog*, foi o criador do catálogo dicionário. Segundo Piedade (1983, p. 146), ele “compilou as tabelas para individualizar autores, preservando a ordem alfabética, os números de Cutter, utilizadas na formação de números de chamadas.” Cutter foi o criador da Classificação Expansiva, devido a não concordância com a CDD de Dewey, ele declarou que “[...] sua notação não permite a minuciosa classificação que a experiência me ensinou ser necessária as nossas bibliotecas.” Declarou ainda não gostar da Classificação de Dewey. (PIEDADE 1983, p. 146).

A Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, segundo Carlan, foi “desenvolvida em 1901, a partir da CDD e da Classificação Expansiva de Cutter”, seus assuntos são divididos em, “vinte e uma classes principais, representadas por letras maiúsculas, que vão de A à Z, seguindo números arábicos nas subdivisões.”

A Classificação de Bliss foi idealizada por Henry Evelyn Bliss, bibliotecário do *College of the City of New York*, que dedicou 25 anos de sua vida aos estudos de classificação e ao desenvolvimento dos esquemas de classificação bibliográfica (PHILLIPS apud CARLAN, 2010, p. 63).

"A *Bibliographic Classification* é apontada como um sistema que apresenta um dos melhores desenvolvimentos de classes encontrado em classificações bibliográficas." Acrescenta que Bliss "procurou apresentar os assuntos segundo um consenso cientifico e educacional, isto é, a ordem científica e pedagógica de estudos dos assuntos", ordem essa que normalmente os cientistas aceitam. (PIEDADE, 1983, p. 182).

Para finalizar, discorreremos sobre a Classificação de Brown. James Duff Brown, bibliotecário inglês, é o criador do único sistema de classificação da Inglaterra, destacou-se por ser um dos primeiros a dar livre acesso às estantes. Em 1894 apresentou seu sistema de classificação na *Library Association Quinn-Brown System* com a colaboração de John Henry Quinn.

LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS ALFABÉTICAS

As linguagens documentárias alfabéticas são organizadas, como o próprio nome já diz, em ordem alfabética. Dias e Naves (2007, p. 23) definem os principais tipos de linguagens alfabéticas como sendo as "[...] listas de cabeçalhos de assuntos e os tesauros"; os autores discorrem que a lista de cabeçalho de assunto é utilizada principalmente em bibliotecas públicas e onde a abrangência de assunto seja geral. Quanto aos tesauros, eles os definem de forma contrária a das listas de cabeçalhos de assunto, pois o tesauro é especifico, portanto voltado às coleções especializadas.

Para Teixeira (1979, p. 15), a origem das listas de cabeçalhos de assunto se deu em consequência do uso frequente de palavras-chave dos "títulos das obras como palavras de ordem nos catálogos de autores e títulos"

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 229) definem as listas alfabéticas de cabeçalhos de assunto/ lista autorizada como uma "lista de termos que podem ser empregados em um sistema de indexação"; eles ainda discorrem que é a "relação de cabeçalhos,

entradas ou termos estabelecidos por instituições para inclusão em instrumentos de busca e consulta manual ou automatizada, ou seja, em catálogos, índices, listas e bases de dados".

Nessa linha de raciocínio, Guinchat e Menou (1994, p. 144) refletem que os cabeçalhos de assuntos são "elaborados a partir de palavras simples ou compostas, escolhidas empiricamente, na maioria das vezes, a partir do conteúdo do documento, de forma a descrever, com alguma precisão, diversos assuntos" Reveja a citação, pois cada descritor é independente um do outro, é uma linguagem de combinação. Nessas listas, encontram-se remissivas para orientação, como o exemplo dos próprios autores: 'linguagem documental' ver também 'classificação', 'classificação', 'documentação', 'linguística', entre outros exemplos; as listas de cabeçalho de assunto podem ser utilizadas em conjunto com outras listas de cabeçalhos de assunto.

Segundo autoras renomadas, como Currás (2010) e Gomes (1990), a primeira menção a thesaurus foi em 1852, pelo então secretário da *Royal Society*, Mark Roget, que intitulou seu dicionário analógico denominado de *'Thesaurus of English words and phrases'.* Para Currás, esta forma, aceita até hoje, teve origem por Luhn, no ano de 1950, "o tesauro foi se revestindo de novos atributos e relações interdisciplinares, no espaço da organização do conhecimento" (CURRÁS, 2010, p. 9).

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 362) defendem que o tesauro é um "vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento", os mesmos o classificam como uma "lista estruturada de termos associados empregada por analistas da informação e indexadores, para descrever um documento de modo conciso e com a especificidade necessária, na etapa de entrada em sistemas de informação e também na etapa de recuperação posterior".

VOCABULÁRIOS CONTROLADOS

Vocabulários controlados são também conhecidos como linguagem documentária ou de indexação. Os termos, que representam os conceitos, constituem os vocabulários controlados utilizados em indexação.

Conforme a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2005, p. 3):

> Um vocabulário controlado pode ser tão simples como uma pequena lista de termos ou tão complexo como um dicionário de sinônimos contendo dezenas de milhares de termos como uma complexa estrutura hierárquica e muitos tipos diferentes das relações entre os termos.

Dessa forma, os vocabulários controlados se apresentam nas diversas áreas do conhecimento e tornam possíveis as normalizações temáticas, contribuindo de forma efetiva para o armazenamento/estoque das informações.

É notável que a organização do conhecimento deva ser realizada com eficiência, pois organizar esses estoques é dever do profissional da informação que esteja envolvido nesse processo para dar o devido valor e tratamento às informações. Nessa perspectiva, a utilização dos vocabulários controlados como instrumento de controle contribui de forma efetiva para que isso aconteça; pois segundo a norma para vocabulários controlados ANSI/NISO Z39.19 (2005, p. 3), “[...] vocabulário controlado não é congelado no tempo, novos conceitos surgem, há mudança de terminologia e uso, e alguns termos saem de moda ou tornam-se obsoletos”.

Independente da linguagem utilizada faz-se necessário estabelecer uma relação entre o vocabulário natural do usuário e o vocabulário controlado, utilizado pelo sistema de recuperação da informação.

Lopes (2002, p. 47) define linguagem documentária e/ou vocabulário controlado como “[...] um conjunto de termos organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, com o objetivo de possibilitar a recuperação de informações

temáticas reduzindo substancialmente a diversidade de terminologia". Portanto vocabulário controlado serve para auxiliar na busca e recuperação da informação.

Os vocabulários controlados visam à padronização da indexação da informação, para que isso ocorra com qualidade, o vocabulário dever ser muito bem estruturado com a área relacionada.

De acordo com Guinchat e Menou (1994, p. 145)

> quanto mais organizado for o vocabulário, maior é a possibilidade de controlá-lo, isto é, de evitar os duplos empregos, a multiplicação de palavras muito precisas que dizem respeito apenas a um número reduzido de documentos, ou ainda o uso errôneo de descritores.

Sob a luz da Norma ANSI/NISO Z39. 19 (2005, p. 1):

> *Vocabulary control is used to improve the effectiveness of information storage and retrieval systems, Web navigation systems, and other environments that seek to both identify and locate desired content via some sort of description using language. The primary purpose of vocabulary control is to achieve consistency in the description of content objects and to facilitate retrieval*[3]*.*

Assim sendo, os vocabulários controlados auxiliam o indexador na organização da informação. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 378) definem vocabulário controlado como "[...] conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como na recuperação. A finalidade principal deste controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador." Nessa perspectiva, é uma importante ferramenta para auxiliar o bibliotecário na indexação, sendo a indexação, de acordo com os autores supracitados (2008, p. 193), "representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento".

[3] Vocabulário Controlado é usado para melhorar a eficácia dos sistemas de armazenamento e recuperação, sistemas de navegação Web, e outros ambientes que buscam tanto identificar e localizar o conteúdo desejado através de algum tipo de descrição usando a linguagem. O propósito principal de controle de vocabulário é alcançar consistência na descrição dos objetos de conteúdo e para facilitar a recuperação**(tradução nossa).**

Em concordância com diversos autores, vocabulário controlado tem o intuito de colaborar com os profissionais da informação para que, em conjunto com o vocabulário livre e/ou linguagem natural, forme instrumentos como os tesauros, cabeçalhos de assunto, e que em combinações certas ocorram as recuperações na busca pela informação.

Nessa perspectiva, Cervantes (2009, p. 61) relata algumas tipologias de Vocabulários Controlados, são eles:

Quadro 4 - Tipologias de vocabulários controlados

TIPOLOGIAS DE VOCABULÁRIOS CONTROLADOS E SUAS APLICAÇÕES EM ÁREAS DE ESPECIALIDADE	
TIPOLOGIAS	**APLICAÇÕES**
Listas	Listas são usadas para exibir pequenos conjuntos de termos que são utilizados para finalidades estritamente definidas, como uma lista de opções ou uma lista de comandos para baixar conteúdos da *Web*.
Redes de sinônimos	Redes de sinônimos são com frequência utilizadas como “pano de fundo” para melhorar a recuperação, especialmente em um ambiente em que a indexação não utiliza um controle de vocabulário e/ou não há indexação para busca por texto completo.
Taxonomias	Taxonomias são criadas e utilizadas, muitas vezes, em aplicações de indexação para navegação na Web. Devido a sua (normalmente simples) estrutura hierárquica, são eficazes na condução dos usuários até os termos mais específicos em um determinado domínio.
Tesauros	Tesauros são instrumentos de controle terminológico utilizados em sistemas de informação para representar a linguagem natural de documentos, de indexadores e de usuários, num sistema de linguagem documentária, usada na indexação e recuperação de informações de um determinado ramo do conhecimento.

Fonte: Cervantes, 2009, p. 61.

Os vocabulários controlados vêm em formato impresso, como também em várias outras mídias como *CD- ROM*, *pen-drive* e na *Web.*

Para Lhadjadene e colaboradores (1998, p. 7), devido ao desenvolvimento do *World Wide Web* (WWW), *sites* diferentes dispõem o acesso às suas coleções eletrônicas por intermédio de vocabulários controlados. “Frequentemente esses ‘*sites*' oferecem dois tipos de acessos. O primeiro é uma exploração da arborescência temática, o segundo um índice alfabético permitindo a busca por palavras-chave.”

Existem vocabulários controlados em diversas áreas do conhecimento, os específicos, como é o caso do SIBI/USP (Sistemas de bibliotecas da Universidade Estadual de São Paulo), é um vocabulário geral. De acordo com Lancaster (1987, p. 13), os vocabulários tentam solucionar alguns problemas como: “Palavras ou frases sinônimas, ou quase sinônimas, são fundidas: uma é adotada, e da outra é feito algum tipo de remissiva no vocabulário.”

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve por objetivo um estudo dos vocabulários controlados e buscou evidenciar a importância dos mesmos na organização do conhecimento. Todos os subsídios teóricos e materiais utilizados foram coletados de fontes bibliográficas relacionadas à temática da pesquisada.

Por se tratar de uma pesquisa que tem como característica uma investigação baseada na literatura, utilizou-se da pesquisa bibliográfica que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL 2008, p. 44). Os objetivos da pesquisa bibliográfica para Köche (2003, p. 122) são: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema”.

Esta pesquisa também possui caráter descritivo, que, segundo Gil (2008, p. 42), tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis”, o autor complementa ainda que uma das principais características da pesquisa descritiva “está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados”.

Num primeiro momento buscamos na literatura documentos que tratem do tema abordado nesta pesquisa, são eles: livros, anais, periódicos, teses, dissertações e textos *on line.*

Após a busca na literatura, realizamos uma pesquisa nos *sites* dos sistemas de bibliotecas das universidades para saber quais as Universidades Públicas existentes no Paraná, na sequência, um refinamento para verificar quais dessas

universidades possuíam sistemas de bibliotecas e, por fim, buscamos nos catálogos dessas instituições os vocabulários controlados.

Neste estudo, utilizamos da abordagem quantitativa, que Gil (2008, p. 65) define como um "[...] método quantitativo se constitui em quantificar dados obtidos através de informações coletadas através de questionários, entrevistas, observações e utilização de técnicas estatísticas".

Resgatando os requisitos de Eckerson (1999), transcrevemos, no quadro a seguir, as definições de Eckerson (1999) para avaliação de portais, para uma melhor compreensão do formulário que será apresentado posteriormente, nos instrumentos de coleta.

Quadro 5 – Definições de Eckerson (1999) para avaliação de portais

Fácil para usuários eventuais	"Os usuários devem conseguir localizar e acessar facilmente a informação correta, com o mínimo de treinamento, não importando o local de armazenamento dessa informação"
Classificação e pesquisa intuitiva	"[...] indexar e organizar as informações da empresa. Sua máquina de busca deve refinar e filtrar as informações, suportar palavras-chave e operadores booleanos, e apresentar o resultado da pesquisa em categorias de fácil compreensão"

Fonte: Elaborado pela autora (2011), baseada em (ECKERSON, 1999 *apud* LIMA FILHO, 2011, p. 30).

Para este estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, com caráter descritivo, com abordagem quantitativa e foram utilizados como instrumento de coleta de dados dois formulários, sendo o primeiro para avaliação dos portais, de acordo com os requisitos pré-estabelecidos por Eckerson (1999) e o segundo para demonstrar as coletas realizadas em conjunto com as responsáveis pelos sistemas de bibliotecas.

Os dados coletados foram transcritos em quadros e analisados com a finalidade de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

O primeiro formulário que foi baseado nos requisitos de Eckerson (1999) para avaliação dos portais, e o segundo para coletar os dados referentes aos objetivos propostos neste estudo. O quadro a seguir contempla os resultados obtidos com o formulário baseado em Eckerson (1999).

Quadro 6 – Análise dos resultados segundo Eckerson (1999).

Universidades	**UEL**	**UEM**	**UEPG**	**UNIOESTE**	**UNICENTRO**	**UTFPR**	**UFPR**
Fácil para usuários eventuais	Sim, pois a página da Biblioteca e visível na 1ª página do portal.	Não, pois tem que entra em acadêmicos para encontrar a página da Biblioteca.	Sim, pois a página da Biblioteca e visível na 1ª página do portal.	Sim, pois a página da Biblioteca e visível na 1ª página do portal.	Sim, pois a página da Biblioteca e visível na 1ª página do portal.	Não, pois ela está em um ícone na barra de rolagem no final da página principal.	Sim, pois a página da Biblioteca e visível na 1ª página do portal.
ção e pesquisa intuitiva	Sim	Sim	Não, pois seu V. é livre.	Não, pois seu V. é livre.	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2011), baseado em (ECKERSON, 1999 *apud* LIMA FILHO, 2011, p. 30).

Contemplamos, no quadro anterior, no requisito referente à categoria fácil para usuários eventuais, que, dos sete portais analisados, cinco deles preenchem esse requisito, pois apresentam visivelmente em sua primeira página as bibliotecas. Porém, duas instituições não apresentam essa facilidade, devido ao fato de não apresentarem as suas bibliotecas visíveis em primeira página. No caso do portal da UEM, temos que clicar no ícone acadêmico para visualizarmos a biblioteca. E no portal da UTFPR, constatou-se que a visualização da biblioteca só é possível na barra de rolagem que consta no canto direito da tela do portal.

Os resultados do formulário 2 foram transcritos no quadro a seguir.

Quadro 7 – Resultado da coleta.

UNIVERSIDADES	Usam Vocabulário Controlado	Quais Vocabulário Controlado	Suportes
UEL	**X**	**CDU** **Bibliodata** **L.C**	**Impresso** **CD/DVD** ***Internet***
UEM	**X**	**CDD**	**Impresso** **CD/DVD**
UEPG	**--**	**--**	**--**
UNIOESTE	**--**	**--**	**--**
UNICENTRO	**X**	**Bibliodata** **CDD**	***Internet*** **Impresso**
UTFPR	**X**	**CDD** **LCSH** **DeSC** **Rede Pergamum** **B.N.**	**Impresso** ***Internet***
UFPR	**X**	**CDD**	***Internet*** ***Intranet***

Fonte: Elaborada pela autora (2011).

Das sete universidades que formam alvo desta pesquisa, cinco delas usam vocabulários controlados e duas informaram utilizar vocabulários livres. As que usam vocabulários controlados são: UEL, UEM, UNICENTRO, UTFPR e UFPR. Dessas, a UEL usa a CDU, as demais, UEM, UEPG, UNICENTRO, UTFPR e UFPR, utilizam a CDD. Em relação à UNIOESTE não consta nenhuma padronização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o uso dos vocabulários controlados na organização do conhecimento em bibliotecas de Universidades Públicas do Paraná.

A motivação pela escolha do tema foi conhecer como cada sistema de bibliotecas das Universidades Públicas do Paraná organiza o conhecimento, pois visam (sujeito desse verbo? Escreva-o antes do verbo, pois não é possível recuperá-lo) sempre a facilitação para a pesquisa do usuário.

A devida pesquisa possibilitou a identificação da existência dos vocabulários controlados em cinco das sete universidades analisadas, são elas: UEL, UEM, UNICENTRO, UTFPR e UFPR. As outras duas, UEPG e UNIOESTE, declararam usarem vocabulários livres.

Das bibliotecas pesquisadas, apenas a UEL utiliza a CDU para organização de seu acervo, as outras usam a CDD, com exceção da UNIOESTE. A UEPG, apesar de não fazer o uso do vocabulário controlado, utiliza a CDD.

Identificamos que a UEL usa, como controle de vocabulário, o Bibliodata e a *Library of Congress* e, quando não encontrado o termo, insere-se um novo na base de dados da instituição.

Constatou-se que a UEM não utiliza vocabulário controlado específico devido ao processo de automação do sistema de biblioteca. Foi informado que antes desse processo de automação eles possuíam uma lista de cabeçalho de assunto da própria universidade, que era utilizada na padronização de periódicos.

Verificou-se, na UNICENTRO, que para a organização da estante utiliza-se a CDD e para vocabulário controlado usam o Bibliodata esporadicamente.

Observou-se, na UTFPR, que a CDD é utilizada na organização física; como vocabulários controlados recorrem à Biblioteca Nacional, à LCSH, ao DeSC e à Rede Pergamum.

Na pesquisa com a UFPR foi respondido que sim, utilizam vocabulários controlados, porém não foram informados quais e em análise no *site* constatou-se que para organização física usam a CDD.

Com os resultados obtidos neste estudo foi possível alcançar os objetivos propostos, que foram: Identificar os sistemas de bibliotecas das Universidades

Públicas do Paraná, para a realização desse objetivo, buscou a SETI para identificar as universidades estaduais; para a identificação das federais, realizou-se uma busca na *Web*.

Dentro dos portais dessas universidades foram verificados os seus sistemas de bibliotecas para pesquisar seus catálogos, onde foram identificados os vocabulários controlados utilizados. Constatou-se que, em sua maioria, as bibliotecas usam a CDD na sua organização do acervo. Foram mencionados outros vocabulários controlados na organização do conhecimento: o Bibliodata, o LCSH, o DeSC, a Rede Pergamum e a B.N. Das sete universidades pesquisadas, duas usam vocabulários livres e uma delas faz o uso da CDD na organização física de seu acervo.

Em relação ao suporte/meio, o mais indicado pelas respostas dos pesquisados foi o item *Internet,* seguido pelo impresso, CD/DVD e apenas uma indicou a Intranet, sendo os impressos a CDD e a CDU; e no que se refere ao meio/suporte os vocabulários controlados na *Internet* e a Intranet foi apontada pela UFPR.

Em suma, as instituições que fazem uso dos vocabulários controlados constatam que uma de suas maiores vantagens é a reunião de assuntos, a possibilidade de agregar assuntos relacionados em um mesmo local e padronizá-los para melhor recuperar a informação. Um dos entrevistados relatou como desvantagem que “algumas vezes o cabeçalho adotado não é o termo mais usado pelo pesquisador”. Além disso, em outro sistema de bibliotecas, obteve-se um relato de que na Rede Cooperativa Bibliodata, algumas vezes, faltam dados. Nos casos de sistemas de bibliotecas que fazem uso da *Internet,* identificou-se que há vulnerabilidade da rede de alguns sistemas, como a B.N., que fica fora do ar constantemente.

Contudo vale ressaltar a importância da universidade, pois esta instituição tem a função de gerar conhecimento, assim contribuindo na formação de diversos profissionais em todas as áreas do conhecimento.

A universidade deve estar voltada à satisfação e necessidade de toda comunidade acadêmica, sendo uma delas a biblioteca, com a utilização e implantação de ferramentas disponíveis para a organização do conhecimento, dessa forma, dando suporte aos vocabulários controlados que visam à facilitação da recuperação da informação, colaborando, assim, tanto com os profissionais da informação/Bibliotecários como com seus usuários.

Conclui-se que a importância desta pesquisa se dá pelo fato de existir certa carência de literatura sobre um estudo que reúna os assuntos aqui abordados, especialmente, direcionados às Universidades Públicas do Paraná. Com os resultados obtidos verificou-se que ainda há sistemas de bibliotecas que não fazem o uso adequado das ferramentas disponíveis para a organização do conhecimento. Espera-se que este estudo possa suscitar maiores reflexões no tocante ao uso das ferramentas disponível para organização do conhecimento, tendo como principal objetivo a melhoria na recuperação da informação pelo usuário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE; NATIONAL INFORMATION

CARLAN, E.. **Sistemas de Organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da informação. 2010. 195f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasilia, Brasilia.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação & tesauro**: metodologia & técnica. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito de Brasília, 1978.

CERVANTES, B. M. N. **A construção de tesauros e a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília,2009.

CHARLE, C.; VERGES,J. **Histórias das universidades**. São Paulo: Unesp, 1996.

CINTRA, A. M. e cols.. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 2002.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O.. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURRÀS, E. **Ontologias, taxonomias e tesauros**: uma teoria de sistemas e sistemáticas. Brasilia: Thesaurus, 2010.

DAHLBERG, I. **Teoria do conceito. Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107. Disponível em: <http://www.ndc.uff.br/textos/jerocir _tesauros .pdf>. Acesso em: 13 maio 2010.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

GALVÃO, M. C. B. A organização da informação na perspectiva da ciência da informação e a dinâmica da cultura científica. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; FURNIVAL, Ariadne Choloe Mary. (Org.). **Olhar**: ciência, tecnologia e sociedade. São Paulo: Pedro e João Ed. CECH – UFScar, 2008, p. 203 – 210.

GARCÍA MARTÍNEZ, A. T. **Sistemas bibliotecários**: análisis conceptual y estructural. España: Ediciones Trea, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed.São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, H. E. **Manual de elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília: O Programa, 1990.

GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: USP, 2005.

GUINCHAT, C; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** 2. ed. corr. aum. Por Marie-France Blanquet. Brasilia: IBICT, 1994.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologias cientifica**: tória da ciência e da iniciação à pesquisa. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teorias e práticas. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA FILHO, A. B. de. **Organização da informação em sites de recursos humanos de universidades públicas estaduais da região sul do Brasil**. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

LOPES, I. L. **Uso das linguagens controladas e natural em bases de dados**: revisão da literatura. Ci. Inf.,jan. 2002, v. 31, n. 1, p. 41-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phl>. Acesso em: 03 jun. 2010.

MEY, E. S.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução á teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciencia, 1983.

SOUZA, R. F. de. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: Princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contexto e uso da informação**. Enc. Bibli. : Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** , Florianópolis, n. esp., 1. sem. 2006. Disponível em: <http://cin.usfsc.br/enancib/gt2.htm>. Acesso em: 15 jun. 2010.

TEIXEIRA, J. C. de A. **Cabeçalhos de assunto**: manual para estudantes. Niterói: UFF, 1979.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Portal da UEL. 2011**. Disponível em: <http://www.uel.br/portal/> Acesso em: 12 jul.2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Portal da UEM**. 2011. Disponível em: < http://www.uem.br/> Acesso em: 12 jul.2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Portal da UEPG**. 2011. Disponível em:< http://www.uenp.edu.br/> Acesso em: 12 jul. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ. **Portal da UNIOESTE**. 2011. Disponível em:< http://www.unioeste.br/>Acesso em: 12 jul. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Portal da UNICENTRO**. 2011. Disponível em:< http://www.unioeste.br/> Acesso em: 12 jul.2011

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Portal da UFPR**. 2011. Disponível em: < http://www.ufpr.br/portalufpr/Acesso em: 12 jul. 2011

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Portal da UTFPR**. 2011. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/> Acesso em: 12 jul. 2011.